

## Orçamento Público Sustentável *Sustainable Public Budget*

Gildo Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

A pesquisa utilizou as informações do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, para demonstrar se as dimensões da sustentabilidade no âmbito da aplicação dos recursos públicos estão sendo evidenciadas. O estudo levou em consideração os anos de 2014 a 2017, período em que o modelo contábil internacional aplicado ao setor público já havia sido plenamente implementado no Brasil. A pesquisa analisou, por intermédio de gráficos do modelo de Pareto, o nível de sustentabilidade do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, de forma comparativa e multicriterial, aplicando sobre os dados o modelo Anova de fator duplo sem repetição e a estatística descritiva, levando-se em conta vetores de sustentabilidade de naturezas distintas, no âmbito econômico, social e ambiental, que formam as perspectivas do *triple bottom line*. Com vista a identificar e ranquear o nível de comprometimento do gasto social deste estado; servindo esta pesquisa de auxílio para a implementação de políticas públicas sociais, oportunizando o desenvolvimento sustentável e social do país. Os resultados da pesquisa demonstraram um baixo nível de sustentabilidade do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, ou seja, o orçamento do estado não estaria, estatisticamente, comprometido com as questões na esfera econômica, social e ambiental, e ainda, os dados publicados no portal da transparência do estado, carecem de maior transparência e menor complexidade para o entendimento da sociedade, pois são apresentados sem qualquer métrica e ou modelo.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Orçamento Público. Contabilidade. IFRS

### ABSTRACT

The research used information from the public budget of the state of Rio de Janeiro to demonstrate if the dimensions of sustainability in the scope of the application of public resources are being highlighted. The study took into account the years 2014 to 2017, a period in which the international accounting model applied to the public sector had already been fully implemented in Brazil. The research analyzed, through the Pareto model, the level of sustainability of the public budget of the state of Rio de Janeiro, in a comparative and multicriteria manner, applying to the data the Anova model of double factor without repetition and descriptive statistics, taking into account sustainability vectors of different natures, in the economic, social and environmental sphere, that form the perspectives of the triple bottom line. In order to identify and rank the level of commitment of social spending in this state; serving this research of aid for the implementation of public social policies, opportunizing the sustainable and social development of the country. The results of the research demonstrated a low level of sustainability of the public budget of the state of Rio de Janeiro, that is, the state budget would not be statistically compromised with economic, social and environmental issues, as well as published data in the transparency portal of the state, lack greater transparency and less complexity for the understanding of society, since they are presented without any metric or model

**Keywords: Keywords:** Sustainability. Public budget. Accounting. IFRS

---

<sup>1</sup> Gildo Rodrigues da Silva. Mestre em Ciências Contábeis. **Advogado, administrador e contador.** [Email: gilldorodrigues@gmail.com](mailto:gilldorodrigues@gmail.com). Fucape Business School. CV: <http://lattes.cnpq.br/43662435765094>.

## 1. INTRODUÇÃO

A atuação da gestão pública estadual, na promoção do desenvolvimento sustentável, manifesta-se por meio de políticas públicas que objetivam melhorar as condições sociais e econômicas da população e também do meio ambiente, considerando que melhorias nessas áreas podem contribuir para tornar o país mais sustentável.

O orçamento público retrata as políticas e procedimentos a serem realizados pelos entes a nível Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos municípios. O orçamento público edita e delimitada normas que farão de forma simétrica um relacionamento entre os orçamentos dos entes federativos.

Desta forma, o orçamento público pode direcionar as políticas públicas de cotejo social a serem promovidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo, a corroborar com crescimento não só econômico, mas também social.

Sabe-se que a contabilidade pública teve alterações de procedimentos através da edição de normas aplicadas ao setor público, visando alinhá-la aos procedimentos da contabilidade internacional através da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, já existente no setor privado, para torná-la mais atrativa e de fácil entendimento pela sociedade.

Neste contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão de classe, divulgou em 2008 as NBC T 16 (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), um conjunto de 10 normas, atualmente 11 após a publicação da NBCT 16.11 em dezembro de 2011. Fato inédito desde que o CFC foi organizado há mais de 60 anos (FRAGOSO et al. 2012; GAMA et al. 2013).

Assim, ao fazer com que a contabilidade pública esteja mais próxima da contabilidade do setor privado, esta carece, dado a novas normas aplicadas ao setor público, de mecanismos que possam aferir o grau de comprometimento das políticas públicas ou das políticas sociais que estão sendo implementadas no país, e se estas estão sendo evidenciadas ou não no orçamento público.

Não obstante, o orçamento público precisa estar em sintonia com a população e a coletividade, por intermédio das políticas públicas promovidas por seus gestores. Assim, se os entes públicos estiverem oportunizando bons exemplos sustentáveis para a sociedade, as empresas do setor privado poderão de maneira geral segui-los.

A sustentabilidade pode ser definida pelas ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem o comprometer o futuro das gerações futuras (DALF, 2010; FRANCISCO, 2011).

Neste sentido, o problema de pesquisa constitui-se em responder a seguinte questão: qual o nível de sustentabilidade do orçamento público do Estado do Rio de Janeiro considerando a dimensão social, econômica e ambiental do *Tripon Button Line*?

Notadamente, a sustentabilidade possui vários mecanismos e ou ferramentas que exploram como muita sutileza as várias faces da sustentabilidade, como por exemplo, o *Tripon Button Line*, que cuida das seguintes dimensões: social, econômica e ambiental; dimensões estas já existentes nos orçamentos das empresas do setor privado.

Assim, o viés de sustentabilidade pode fazer parte do orçamento público dos entes federativos, não só a nível nacional, mas também a nível internacional por ser isso uma nova realidade mundial.

A Carta Magma de 1988 foi marco de uma reformulação no processo de democrático do país. As expectativas por políticas sociais patrocinadas pelos entes públicos são cada vez maiores, dado ao cenário de transparência das informações governamentais.

Diante deste cenário está a figura do gestor público, que se utiliza dos recursos orçamentários para gerir o estado, não obstante a isso, é ele quem faz o direcionamento do que gastar e onde aplicar os recursos públicos de acordo com as diretrizes do balanço RAGC, v.7, n.31, p.75-90/2019

orçamentário de cada governo.

Nesta seara, o administrador possui um papel essencial, tendo vista que este profissional possui atribuições e capacidade que auxilia os gestores na tomada de decisões, até porque, os recursos públicos não oriundos dos tributos pagos pelos cidadãos brasileiros.

Desta forma, para se cumprir as diretrizes do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, consubstanciadamente, é necessário externar para a sociedade com transparência e publicidade os direcionamentos realizados pelos gestores públicos dos valores a serem aplicados em prol da comunidade.

No âmbito na atuação governamental, mais precisamente nas competências da esfera estadual, considera-se que os estados possuem potencialidades para, nos limites dos recursos orçamentários que lhes são disponibilizados, atuar na promoção de ações e políticas públicas que visem a favorecer o desenvolvimento regional de forma sustentável e equilibrada.

Assim, através desta pesquisa será possível identificar, mapear e ranquear o nível de comprometimento da sustentabilidade e qual seria a dimensão preponderante se: social, econômica e ou ambiental do orçamento público do Estado do Rio de Janeiro.

Por ter uma proposição estatística, será possível auxiliar, na implementação de novas políticas públicas, oportunizando o desenvolvimento sustentável e social do país, permitindo que a sociedade tenha conhecimento dos gastos públicos, pois é ela quem paga a conta, ou seja, através desta pesquisa será possível acompanhar as políticas públicas sociais, econômicas e ambientais dimensionadas pelo governo estadual nos últimos 04 (quatro) anos.

Outra questão é a sustentabilidade, tema atual e de suma importância para todos, por esta razão, identificar e analisar os investimentos postos no orçamento do estado, ensejará, oportunamente descobrir se investimentos em políticas de sustentabilidade estão em obediência ao *Triple Button Line*.

Por fim, esta pesquisa é importante e corrobora com academia, pois no âmbito privado as empresas já contam com o Balanço Social, onde evidenciam os níveis de sustentabilidade através do *Triple Button Line*, qual seja social, econômico e ou ambiental, assim, fazer com que os orçamentos públicos dos estados também publiquem estas informações, permitirá a sociedade obter informações novas antes não publicadas e por isto não conhecidas.

O objetivo desta pesquisa foi aferir, se verdadeiramente, o orçamento do Estado do Rio de Janeiro está, de fato, evidenciando os níveis de sustentabilidade sob as perspectivas do *triple bottom line* nas dimensões: econômica, social e ambiental, para que possa este servir de exemplo para os demais setores da economia, seja indústria, construção civil, bancos, companhias elétricas e etc.

Buscou-se, utilizando-se os dados da pesquisa, identificar, analisar e ranquear de forma comparativa e multicriterial o nível de comprometimento do gasto social deste estado, verificando se o orçamento do Estado do Rio de Janeiro está comprometido com o viés da sustentabilidade, e qual seria a dimensão preponderante evidenciada no orçamento: social, econômica e ou ambiental.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os gastos do governo do estado do Rio de Janeiro, carecem de maior transparência para a sociedade, pois tais dados estão publicados no portal da transparência do estado, no entanto, o cidadão que o acessa, precisa ser um *expert* ou contratar alguém para o entendimento e a compreensão do que se gasta ou gastou.

Por outro lado, apesar de estarem no portal da transparência do estado, os mesmos são apresentados sem qualquer métrica e ou modelo, passando até despercebido pelo leitor. Cabe ressaltar, que o comportamento do orçamento deste estado servirá de *benchmark* para outros estados e até de modelo pelas empresas.

Os resultados também evidenciaram que o orçamento do estado do Rio de Janeiro, evidencia as várias facetas do *triple bottom line* (TBL), todavia, os dados da pesquisa demonstraram baixo nível de sustentabilidade, assim o estado do Rio de Janeiro não estaria,

estatisticamente, comprometido com as questões na esfera econômica, social e ambiental, quando se analisa seu orçamento público.

O artigo está dividido em cinco capítulos. No capítulo 1 faz-se a introdução, a justificativa da pesquisa e os objetivos que auxiliaram na explicação do tema perquirido; no capítulo 2 o referencial teórico aborda os pesquisadores que já escreveram sobre o tema Sustentabilidade e o Orçamento Público; no capítulo 3 a metodologia empregada na pesquisa. No capítulo 4 o desenvolvimento e análise dos dados da pesquisa. No capítulo 5 foram feitas as considerações finais e as sugestões para academia.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Várias pesquisas sobre sustentabilidade foram realizadas pela academia nos últimos anos. Assim, por intermédio destas pesquisas foi possível explorar o tema e sua aplicabilidade.

A seguir, colacionamos diversos pesquisadores que se utilizaram de suas pesquisas para agregar e fomentar conteúdo que possam corroborar com novas pesquisas na área do saber, otimizando o conhecimento da temática deste artigo.

Para Pereira et al. (2008) os objetivos e metas delineados do orçamento público por seus planejadores, nem sempre representam os anseios da sociedade e poucos são exequíveis, em que pese, as expectativas da população por políticas sociais que oportunizem melhores condições de vida para a coletividade, dado a escassa disponibilidade de recursos públicos no cotejo regional e nacional.

Na visão de Elkington (1998) o modelo *triple bottom line* (TBL) passou a ser utilizado rapidamente pela gestão como novo paradigma, tendo em vista, a dimensão não só econômica do modelo, mas também as dimensões sociais e ambientais, dado o interesse dos *stakeholder* na prestação de contas oriundas dos investimentos no mercado financeiro (ELKINGTON (1998); BRANCO (2013); VELANI et al. (2010)).

Para Silva et al. (2017, p. 104):

a sustentabilidade é um indicador utilizado pelo mercado para analisar comparativamente o desempenho das empresas da BM&FBovespa, objetivando auxiliar os investidores e outros grupos de interesse na diferenciação do desempenho de uma empresa sustentável em relação àquelas consideradas não sustentáveis.

Nos últimos anos a comunidade internacional seja países desenvolvidos ou não, tem-se reavaliado o papel do governo para com sociedade, no que tange, o uso dos recursos públicos. Essas cobranças “reavaliações” surgiram função de legitimidade ao qual passaram alguns países e pela cobrança por parte da sociedade, por uma maior responsabilidade dos governos pelo destino e ou aplicações dos recursos públicos (MACEDO et al. 2011; BARRET, 2001; TIMMERS, 2000).

Pereira (2008, p. 93) destaca que sem artigo a necessidade de desenvolver um novo modelo de orçamento sustentável:

as mudanças poderão ser significativas se partirmos dos seguintes pressupostos: um novo paradigma e elaboração da programação orçamentária para além do orçamento-programa; a possibilidade de um “orçamento-sustentável” ou “orçamento para o desenvolvimento sustentável”; a Agenda 21 Brasileira com suas 21 Ações Prioritárias e sua proposta de “intervenção direta por meio dos gastos públicos – Orçamento Base Zero” para implementá-las; aprovada uma Lei de Responsabilidade Social, tal como a PEC n.º 29 de 2003, bem como uma lei regulamentadora definindo as metas macrossociais e um índice nacional de responsabilidade social.

A procura por sustentabilidade envolve fatores complexos para o desenvolvimento de um estado e ou região, tendo em vista, que as questões estão inter-relacionadas com a exploração de recursos naturais, crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza, e estas possuem natureza de “ecossocioeconomia” (JACOBI, 2004; RUTHERS et al. 2006; RAGC, v.7, n.31, p.75-90/2019

SACHES, 2007; MACEDO et al. 2011).

Para Macedo et al. (2011) a gestão de um estado deve procurar de forma sustentável, manifestar-se por intermédio das políticas públicas que de fato foquem em possibilitar uma melhora nas condições econômicas e sociais da sociedade e do meio ambiente contribuindo, assim, para um estado sustentável.

Os municípios estão mais próximos dos acontecimentos da cidade e dos cidadãos, no entanto, a união está mais distante, cabendo assim, ao estado fazer o elo de ligação entre ambos, no que tange ao desenvolvimento sustentável, através das discussões sobre políticas públicas, e desta forma, potencializar o crescimento sustentável de todos (MACEDO et al 2011; BOTELHO, 2004).

Na visão de Giacomami (2005) *apud* de Pereira (2008) o orçamento público brasileiro para contemplar o desenvolvimento sustentável precisaria passar por alterações, sugerindo o modelo a seguir.

Quadro 1 apresenta os elementos essenciais do orçamento-programa

Elementos essenciais do orçamento-programa	Tratamento no contexto de um orçamento para o desenvolvimento sustentável
Objetivos e propósitos	Devem ser únicos e baseados nos objetivos gerais definidos para o DS, de acordo com uma estratégia nacional, a exemplo da Agenda 21 Brasileira
Programas	Guiados pelas ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira.
Gastos	Administrados pela técnica do Orçamento de Base Zero (OBZ).
Medida de desempenho	Devem ser gerais e reforçadas por leis específicas, tais como uma lei de responsabilidade social, que contemple indicadores alternativos (metas macrossociais; índice nacional de responsabilidade social).

Fonte: Pereira (2008)

Inicialmente o governo teria algumas dificuldades para implementação, do referido modelo, principalmente no aperfeiçoamento do pessoal, pois com a nova técnica para elaborar o orçamento sustentável causaria problemas técnicos e metodológicos, no entanto, os benefícios compensarão as dificuldades porventura, encontradas (PEREIRA, 2008; GIACOMAMI, 2005).

Quadro 2 apresenta as três dimensões *triple bottom line* (TBL).

Dimensão	Componentes	Objetivos
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fluxo permanente de investimentos públicos e privados;</li> <li>• Manejo eficiente de recursos;</li> <li>• Absorção, pela empresa, dos custos ambientais;</li> <li>• Endogeneização: contar com suas próprias forças.</li> </ul>	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa.
Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (melhores condições de vida e qualificação profissional).</li> <li>• Produção de bens dirigida, prioritariamente às necessidades básicas e sociais.</li> </ul>	Redução das desigualdades.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas;</li> <li>• Prudência no de recursos naturais não renováveis;</li> <li>• Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis;</li> <li>• Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia;</li> <li>• Tecnologia e processos produtivos de baixo índice de resíduos;</li> <li>• Cuidados ambientais.</li> </ul>	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.

Fonte: adaptado de Montibeller-Filho (2001) *apud* Botelho (2004) e Vilani (2009).

O tema sustentabilidade ganhou evidência nos últimos anos, e passou a fazer parte da agenda global de preocupações na passagem do século XX para o século XXI, de que o consumo e a produção não poderiam continuar nos elevados patamares que se encontravam (MACEDO et al. 2010; MARCEDO et al. 2011).

Diante de tais situação, várias pesquisas foram realizadas sobre o desenvolvimento sustentável, até chegar ao *triple bottom line* (TBL), na dimensão social, econômica e ambiental (MACEDO et al. 2009; MACEDO et al. 2011).

Estas dimensões segundo Macedo et al. (2009) revelam a forma equilibrada *triple bottom line* (TBL) nas dimensões econômica ao gerar riqueza de forma sustentável; social ao estimular a sustentabilidade através da educação, lazer, cultura e justiça social; ambiental mantém os ecossistemas vivo, com vida e diversidade (VELLANI, et al. 2006; MACEDO et al. 2011).

Desta forma, é importante, fundamental e necessário segundo Macedo (2009) o desenvolvimento sustentável de instrumentos de informação que visem apoiar a gestor dos estados, através da criação de metodologias para mensurar o nível de sustentabilidade (MACEDO et al. 2011).

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser caracterizada, de acordo com Vergara (2009), como descritiva, explicativa e quantitativa, através da aplicação do modelo adaptado de Barreto et al. (2005) e da análise envoltória de dados (DEA) contidos na pesquisa de MACEDO et al. 2011 que demonstram se a unidade é eficiente, quando aferido os *outputs e imputs, bem como por* tratar-se de uma pesquisa empírica utilizamos as considerações de Evans III et al. (2015) na adoção das técnicas de análise dos dados de pesquisa.

A pesquisa analisou, por intermédio de gráficos do modelo de Pareto, o nível de sustentabilidade do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, de forma comparativa e multicriterial, aplicando sobre os dados o modelo Anova de fator duplo sem repetição e a estatística descritiva, levando-se em conta vetores de sustentabilidade de naturezas distintas, no âmbito econômico, social e ambiental, que formam as perspectivas do *triple bottom line*.

Os dados estatísticos, para a elaboração da pesquisa do orçamento público do Estado do Rio de Janeiro, foram obtidos no portal da transparência do Estado do Rio de Janeiro a partir do ano de 2014 a 2017, nos moldes das normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Foram analisadas as demonstrações contábeis do estado do Rio de Janeiro, principalmente os demonstrativos de receitas e despesas do estado. Estes dados quantitativos, disponíveis no portal do estado, foram importados para planilhas do Excel 2013. Primeiramente, as receitas e logo em seguida as despesas foco da pesquisa.

Dado aos inúmeros tipos de gastos do estado do Rio de Janeiro delineados no seu orçamento, foi necessário estabelecer parâmetros, assim, a pesquisa atribuiu o número 0 para as despesas adm, 1 para as despesas econômicas, 2 para as despesas sociais e 3 para as despesas ambientais.

Estas quatro *proxies* foram calculadas, levando em consideração as despesas orçamentárias do estado, segundo Macedo et al. (2011), Chames et al. (2004) e Coelli (1998) a análise envoltória de dados (DEA), demonstra se a unidade é eficiente, quando aferido os *outputs e imputs*, cujo indicador pode variar entre 0% a 100% ou de 0 a 1.

Os indicadores para análise dos resultados, foram adaptados da pesquisa Barreto et al. (2005), onde:

$$IS = \frac{1}{K} \sum_{h=1}^k I h - \varepsilon_{it}$$

Em que: IS = Índice de sustentabilidade

I = valor do h-ésimo índice: h- 1,...,k

$\varepsilon_{it}$  = erro

O nível de sustentabilidade econômico, social e ambiental, foi o obtido pela média aritmética dos três níveis que compõe o *triple bottom line*, conforme abaixo delineado, seguindo o modelo de Macedo et al. (2011, p. 240) e Barreto et al. (2005).

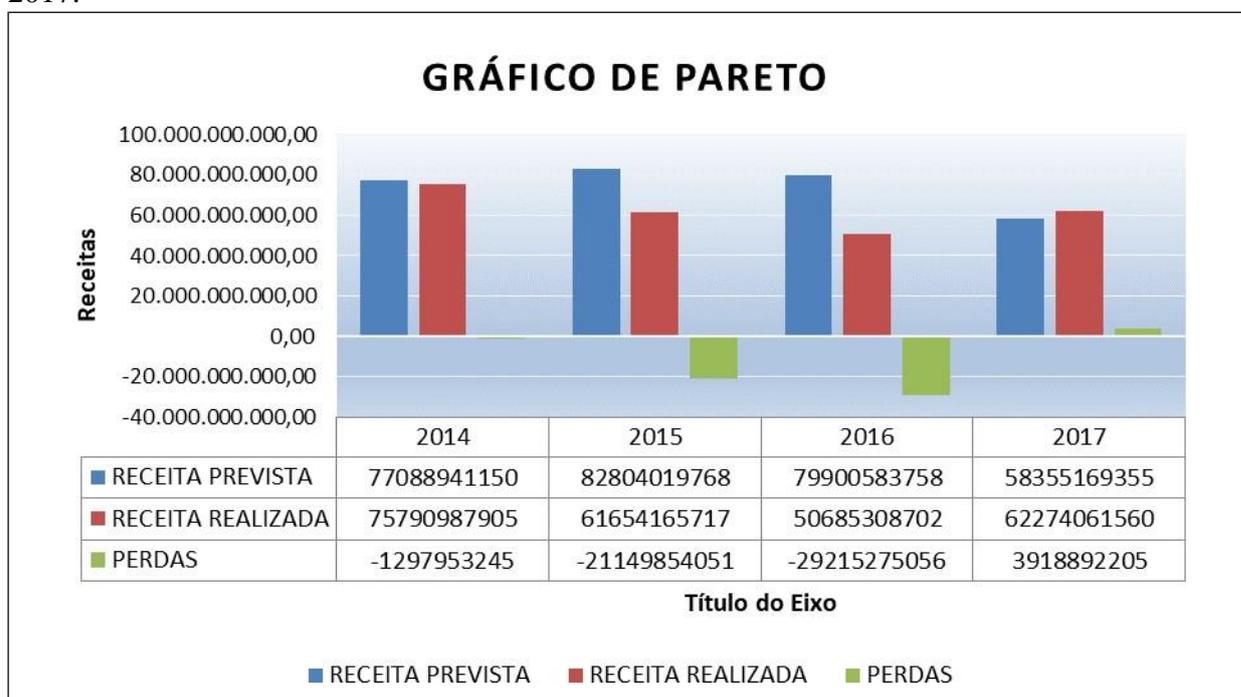
- |                                    |                     |
|------------------------------------|---------------------|
| 1) baixo nível de sustentabilidade | $0 < IS \leq 0,5$   |
| 2) médio nível de sustentabilidade | $0,5 < IS \leq 0,8$ |
| 3) alto nível de sustentabilidade  | $0,8 < IS \leq 1,0$ |

Logo em seguida, foram criados vários gráficos do modelo de Pareto, objetivando esclarecer didaticamente as variações ocorridas nas receitas e despesas do orçamento público do Estado do Rio de Janeiro ao longo do período desta pesquisa.

#### 4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O *paper* de Geletkanycz & Tepper (2012) foi utilizado para extrair ao máximo os motivos ensejadores da pesquisa, já para os procedimentos e interpretação dos resultados utilizou-se o artigo de Zhang & Shaw (2012).

O gráfico 1 evidencia a evolução das receitas do estado no período de 2014 até o ano 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico demonstra as receitas orçamentárias previstas, as receitas realizadas e as perdas. Desta ilustração gráfica pode-se perceber que as previsões da receita orçamentária do estado sempre foram maiores que as efetivamente arrecadadas, exceto no último ano de 2017 onde se previu menos e arrecadou-se mais.

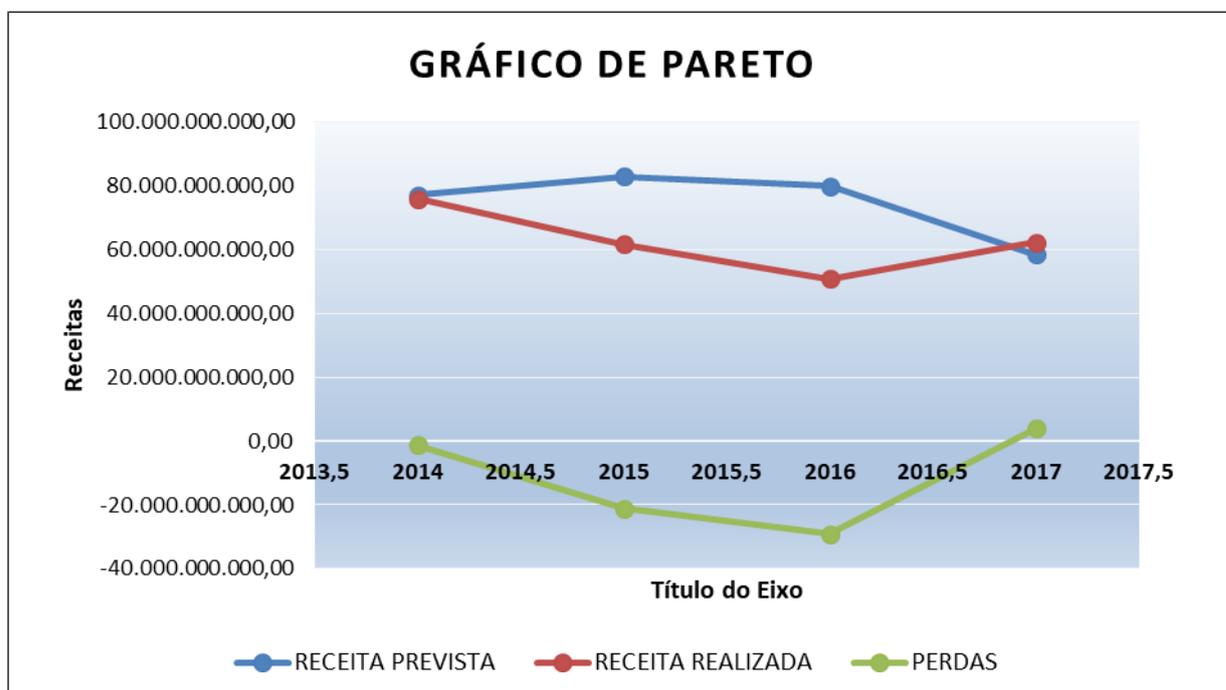
Todavia, esta situação está prevista na Lei 4.320/64, que determina que as despesas sejam fixadas e as receitas previstas, o que demonstra o fiel cumprimento da referida lei pelo gestor.

De outro lado, temos que as receitas realizadas do estado do Rio de Janeiro tiveram grande flutuação, nas casas dos bilhões de reais, no ano de 2014 arrecadou cerca de 79 bilhões, 2015 cerca de 60 bilhões, 2016 cerca de 57 bilhões e 2017 retornou para o patamar dos 60 bilhões.

Essa enorme queda das receitas orçamentárias ocorreu devido as perdas com os *royalties* do petróleo, queda na arrecadação do estado e a crise que o país mergulhou no ano de 2015 em função da corrupção desencadeada pela operação lava jato.

A queda na arrecadação dos *royalties* petróleo foi estabelecido pela Lei 12.734 de 30/11/2012 a qual passou a estabelecer novos parâmetros de redistribuição, que gerou segundo publicação do portal G1 uma perda estimada de 77 bilhões de reais.

O Gráfico 2 evidenciou que com o passar dos anos houve o ajuste das receitas do estado.



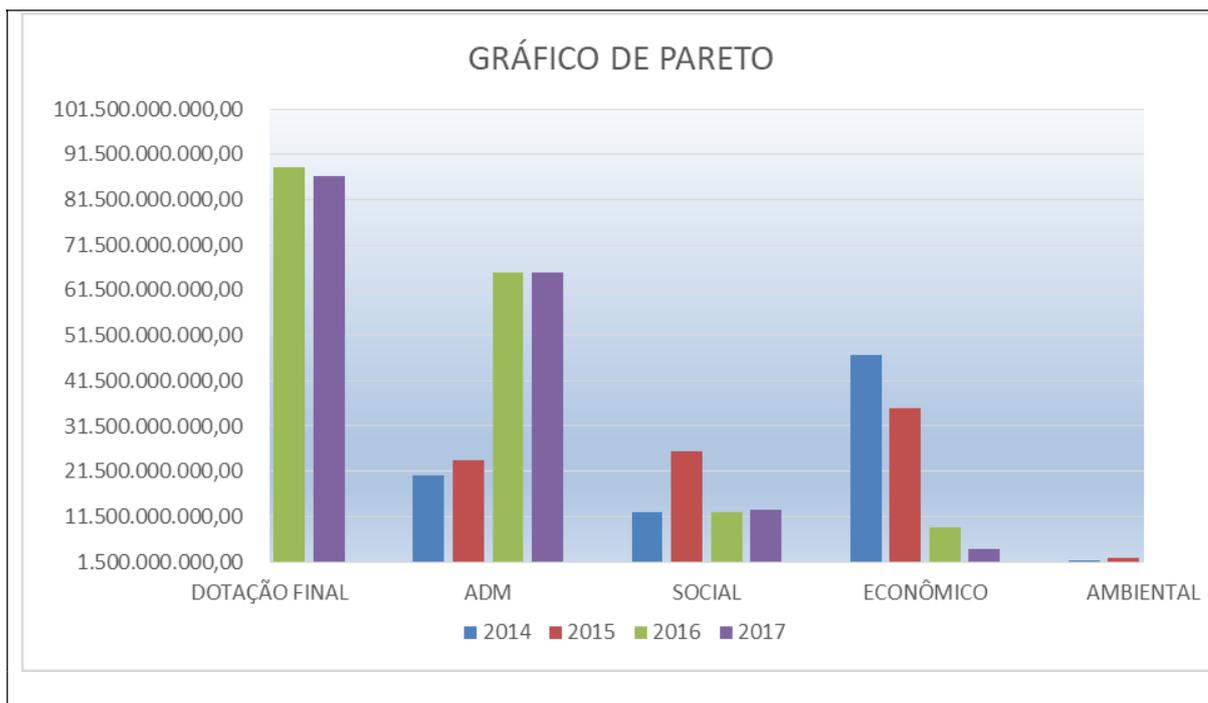
Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso, a desvalorização do barril de petróleo na Bolsa de Valores, fez com que a arrecadação com ICMS também contribuísse para reduzir as receitas orçamentárias do estado.

Por fim, a crise a qual o país mergulhou a partir do ano de 2015, crise esta político-econômica, que desmotivou os investidores a investir não só no estado, mais também no país.

Todavia, a partir do ano de 2017, parece que houve um equilíbrio das receitas previstas com as receitas arrecadadas, isso ocorreria pela previsão das receitas menos otimistas, ou seja, mais conservadoras e pelo valor menor das perdas de arrecadação.

Gráfico 3 evidencia o gasto público para no período de 2014 a 2017, considerando as vertentes do gasto total em comparação *triple bottom line* nas dimensões social, econômica e ambiental, além do gasto com a própria administração pública.



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico de barras evidencia que a dotação orçamentária entre os anos de 2014 até o ano de 2017, manteve-se estatisticamente normal, com um leve aumento do gasto público durante os anos de 2015 a 2016 e um pequeno recuo no ano de 2017.

Seguindo os parâmetros da pesquisa, verifica-se que o orçamento público do estado do Rio de Janeiro não está evidenciado com clareza os níveis de sustentabilidade conforme delineado pelo *triple bottom line*.

Tendo em vista que a pesquisa encontrou dificuldades em sintetizar e ou colher os dados para análise, necessitando inclusive de criar procedimentos para identificar as referidas naturezas de despesas, atribuindo o número 1 para despesas de cunho social, 2 para as despesas de cunho econômico e 3 para as despesas de cunho ambiental.

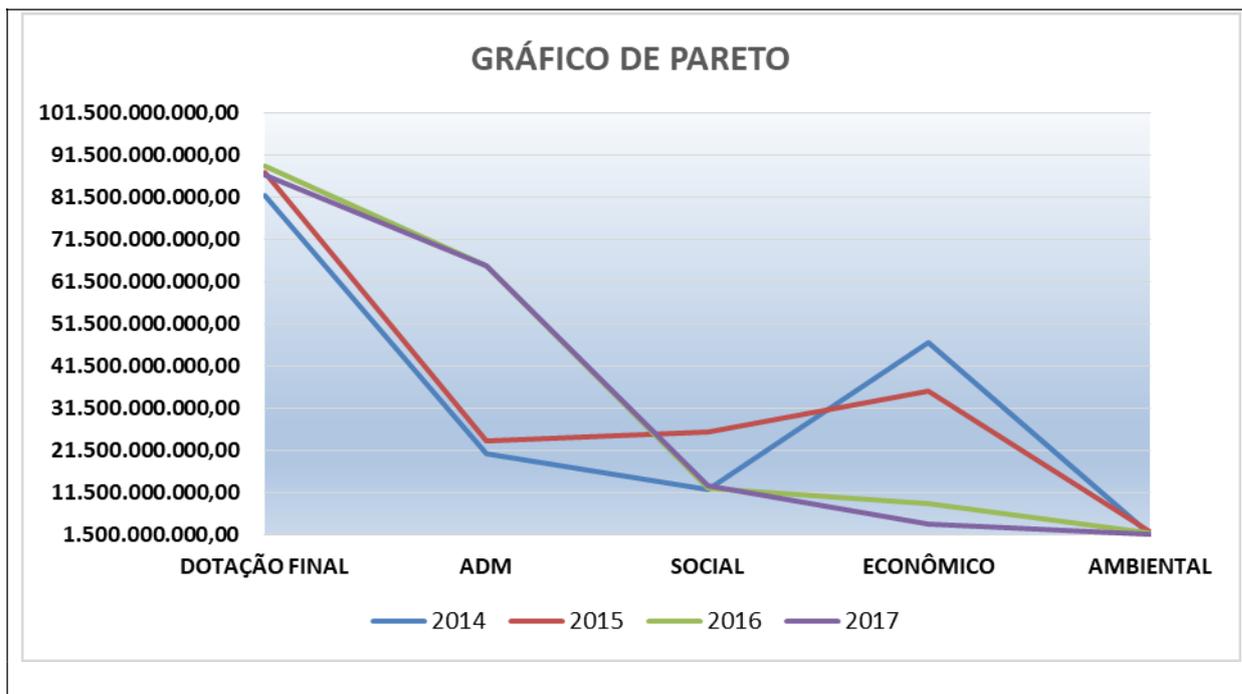
O gráfico demonstrou que as despesas com máquina pública, sob rubrica de adm, teve uma forte elevação no período de 2016 e 2017, chegando o estado a gastar cerca de R\$ 61,5 bilhões de reais, contra os R\$ 21,5 bilhões nos anos de 2014 e 2015.

As despesas com social, teve pouca oscilação no período pesquisado, chamando-nos a atenção apenas para o ano de 2015, quando os gastos ultrapassaram o importe de R\$ 22 bilhões de reais, mais que nos próximos anos retornara para normalidade de R\$ 11,5 bilhões.

No que se refere o gasto econômico, o gráfico 3, demonstrou uma queda abrupta de R\$ 42 bilhões no de 2014 para o valor de R\$ 3 bilhões no ano de 2017, o que evidenciou uma alocação de recursos para o gasto com administração.

Por fim, o gráfico 3 claramente mostrou que o gasto com o meio ambiente, apesar das circunstâncias, manteve-se estável durante todo o período no valor de R\$ 1,5 bilhões.

O gráfico 4 traceja quatro linhas dos níveis de sustentabilidade englobando: adm, social, econômica e ambiental do gasto público para no período de 2014 a 2017.

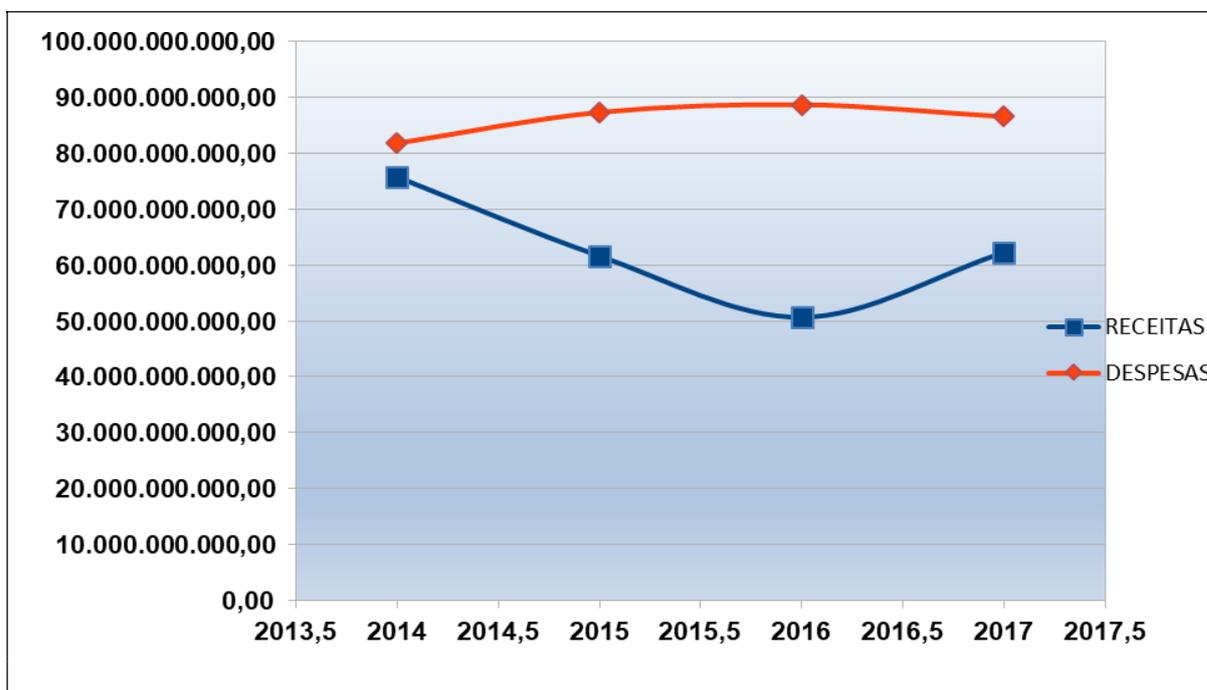


Fonte: Elaborado pelo autor

Por estes dados é possível verificar o interesse do governo estadual em um setor em detrimento do outro. Isto é confirmando pelos valores alocados, primeiramente no setor da administração, depois no econômico, o social e por último o ambiental.

Notadamente, nossos governos devem investir nossos tributos pagos de forma a contribuir com o meio ambiente, dado ao cenário de consumismo do século XXI, de forma que o cenário ambiental não deve ficar esquecido, pelo contrário deveria de receber aportes maciços de recursos, tendo em vista, que retiramos mais do meio ambiente do que repomos.

O gráfico 5 evidencia as receitas *versus* as despesas para o período de 2014 a 2017.



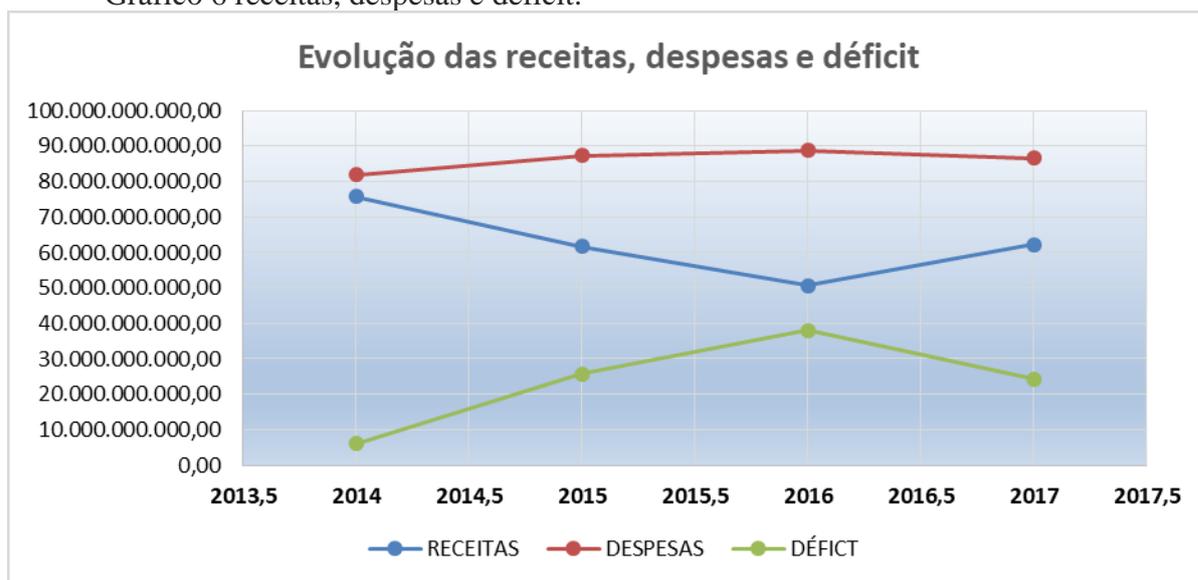
Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 5 demonstra a evolução das receitas e despesas nos últimos 4 (quatro) anos, por ele é possível visualizar que apenas as receitas arrecadadas que teve uma enorme redução, permanecendo as despesas estável durante o período.

A queda na arrecadação devido ao baixo preço do barril de petróleo no mercado internacional e falta de ajuste nas despesas com a máquina pública, levou as finanças do estado do Rio de Janeiro há um colapso.

O atraso na folha de pagamento dos servidores e agravado pelo fato de que o governo não cortou as despesas na mesma proporção da queda da arrecadação, levou ao estado a um *déficit* gigantesco nas contas públicas, a prova disso são os percentuais de perdas da arrecadação no comparativo com as despesas de 8%, 42%, 75% e 39% para o período de 2014 a 2017 respectivamente.

Gráfico 6 receitas, despesas e déficit.



Fonte: Elaborado pelo autor

No geral, os dados da pesquisa demonstraram uma queda de receitas acumuladas no importe de 164% nos últimos 04 anos, enquanto, as despesas se mantiveram estável durante todo o período.

#### 4.1 Níveis de sustentabilidade

Na Tabela 1 abaixo foi inserido os dados coletados e cálculos a partir do orçamento público do estado do Rio de Janeiro.

Anos	Econômico %	Social %	Ambiental %	Média anual %
2014	0,15	0,58	0,02	0,25
2015	0,30	0,41	0,03	0,24
2016	0,16	0,10	0,02	0,09
2017	0,15	0,05	0,02	0,22
<b>Média</b>	<b>0,19</b>	<b>0,285</b>	<b>0,0225</b>	<b>0,20</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Para análise dos dados da Tabela 1, foi necessário efetuar alguns ajustes do modelo RAGC, v.7, n.31, p.75-90/2019

## Orçamento Público Sustentável

proposto por Barreto et al. (2005), tendo em vista, que este artigo difere dos demais, pois este trabalha com foco nas receitas e as despesas do Estado do Rio de Janeiro.

Utilizou o modelo, Anova fator duplo sem repetição, para análise e interpretação dos dados, conforme dados da Tabela 2 a seguir evidenciados.

Anova: fator duplo sem repetição

RESUMO	Contagem	Soma	Média	Variância
2014	3	0,75	0,25	0,086
2015	3	0,74	0,25	0,038
2016	3	0,28	0,09	0,005
2017	3	0,22	0,07	0,005
Econômico %	4	0,76	0,19	0,0054
Social %	4	1,14	0,285	0,064033333
Ambiental %	4	0,09	0,0225	2,5E-05

### ANOVA

Fonte da variação	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Linhas	0,082291667	3	0,027430556	1,305353602	0,356199706	4,757062663
Colunas	0,141316667	2	0,070658333	3,362458691	0,104830785	5,14325285
Erro	0,126083333	6	0,021013889			
Total	0,349691667	11				

Fonte: dados da pesquisa

Os dados demonstraram correlação com a variância, tendo em vista que, o valor de Prova em linhas, foi superior ao erro calculado pelo sistema, isto também pode ser comprovado pelo F de linha ser inferior ao F Crítico, evidenciado a correlação entre os níveis de sustentabilidade.

No que tange da análise em colunas, devemos rejeitar a hipótese nula, tendo em vista que, o valor de prova foi inferior a erro gerado pela Anova, apesar do F de colunas ter sido inferior a F Crítico.

Esta rejeição, no entanto, não compromete o modelo, pois em coluna foi tratado apenas um nível e na sua prospecção para o período de 2014 a 2015. Desta forma, concluiu-se, pela significância do modelo em linhas, ou seja, os níveis de sustentabilidade estão estatisticamente correlacionados entre si e juntos explicam o modelo proposto ao intervalo.

Tabela 3 estatísticas descritivas

Nível econômico		Nível Social		Nível Ambiental	
Média	0,19	Média	0,285	Média	0,0225
Erro padrão	0,036742346	Erro padrão	0,126524043	Erro padrão	0,0025
Mediana	0,155	Mediana	0,255	Mediana	0,02
Modo	0,15	Modo	#N/D	Modo	0,02
Desvio padrão	0,073484692	Desvio padrão	0,253048085	Desvio padrão	0,005
Variância da amostra	0,0054	Variância da amostra	0,064033333	Variância da amostr	2,5E-05
Curtose	3,914266118	Curtose	-3,713124969	Curtose	4
Assimetria	1,975720122	Assimetria	0,34214804	Assimetria	2
Intervalo	0,15	Intervalo	0,53	Intervalo	0,01
Mínimo	0,15	Mínimo	0,05	Mínimo	0,02
Máximo	0,3	Máximo	0,58	Máximo	0,03
Soma	0,76	Soma	1,14	Soma	0,09
Contagem	4	Contagem	4	Contagem	4
Nível de confiança(95,0%)	0,116930544	Nível de confiança(95	0,402655972	Nível de confiança(	0,007956116

Fonte: dados da pesquisa

Analisando a Tabela 1 verifica-se que o nível ambiental possui a menor média apurada, no comparativo com os demais níveis que compõem o *triple bottom line*. Os dados ainda revelam a mediana, moda e o desvio padrão dentro da normalidade usual.

Por fim aplicando o modelo devolvido por Barreto et al. (2005) e utilizando os dados da Tabela 1 consolidados obtivemos uma média anual no período da pesquisa de 2014 a 2017, respectivamente de: 0,25, 0,24, 0,09 e 0,22, com média final para período da pesquisa de 0,20 ou 20%.

1) baixo nível de sustentabilidade	$0 < IS \leq 0,5$
2) médio nível de sustentabilidade	$0,5 < IS \leq 0,8$
3) alto nível de sustentabilidade	$0,8 < IS \leq 1,0$

Assim, utilizando o modelo proposto, verifica-se um baixo nível de sustentabilidade, considerando os níveis *triple bottom line*, demonstrando, assim que o estado do Rio de Janeiro não está, estatisticamente, comprometido com as questões na esfera econômica, social e ambiental, quando se analisa seu orçamento público.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou detectar, dentro do período pesquisado, a destinação dos recursos públicos levando-se em conta o *triple bottom line*, nos níveis econômico, social e ambiental.

Após a coleta e análise dos dados, a pesquisa demonstrou uma alteração no cenário econômico do estado, onde as receitas e despesas do orçamento público começaram a ficar distantes umas das outras.

A saúde das finanças do estado do Rio de Janeiro é preocupante, pois um estado dantes que já fora até a capital do país, atravessa tão horrenda e notória falência das contas públicas, deixando inclusive não só de praticar as políticas básicas “obrigação do estado”, mas também de pagar os seus próprios servidores, num verdadeiro parcelamento de dívidas, mal planejamento?

A crise pela qual o país “passou” não pode servir de desculpas para o mal-uso dos recursos público pelo gestor, tendo em vista, que mesmo o governo sabendo da queda de receitas para o período desta pesquisa, ainda assim, o gestor público manteve as despesas do estado muito elevada, comprometendo e inviabilizando aplicação de recursos nas políticas sociais de que tanto anseia o povo deste estado.

A pesquisa evidenciou que os gastos do governo do estado do Rio de Janeiro, apesar de estarem publicados no portal da transparência do estado, carecem de maior transparência para a sociedade, pois tais dados estão lá dispostos, no entanto, o cidadão que o acessa, precisa ser um *expert* ou contratar alguém para o entendimento e a compreensão do que se gasta ou gastou.

Todavia, apesar de estarem lá disposto, os mesmos são apresentados sem qualquer métrica e ou modelo, passando até despercebido pelo leitor. Cabe ressaltar, que o comportamento do orçamento deste estado servirá de *benchmark* para outros estados e até de modelo pelas empresas.

Os resultados também evidenciaram que o orçamento do estado do Rio de Janeiro, evidencia as várias facetas do *triple bottom line* (TBL), todavia, os dados da pesquisa demonstraram baixo nível de sustentabilidade, assim o estado do Rio de Janeiro não estaria, estatisticamente, comprometido com as questões na esfera econômica, social e ambiental, quando se analisa seu orçamento público.

A pesquisa ajudará a academia na produção de novas pesquisas, seja em outros estados ou no orçamento público da União, comparando-as umas às outras, e oportunizará um olhar dos governantes para melhor aplicação dos recursos públicos e bem como a sua transparência.

Outras pesquisas poderão ser realizadas, tendo em vista, que esta pesquisa se deteve as RAGC, v.7, n.31, p.75-90/2019

parcelas do gasto público do governo do estado do Rio de Janeiro, podendo incluir estas novas pesquisas, focar nas receitas deste estado e de outros, inclusive dos municípios e ou por regiões.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21 brasileira: ações prioritárias. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, 2002.

BARRETO, Ricardo Candeia Sá; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verónica Pinheiro Sales. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia – CE.

BARRET, Patrick J. Corporate governance – more than good management. In: cpa South Australia Annual Congress. Melbourne: **Australian National Audit Office**, 2001. Disponível em:

<[http://anao.gov.au/uploads/documents/Corporate\\_Governance\\_More\\_than\\_Good\\_Management.pdf](http://anao.gov.au/uploads/documents/Corporate_Governance_More_than_Good_Management.pdf)>.

BOTELHO, Eduardo César. A contribuição das funções de governo dos municípios catarinenses para o desenvolvimento sustentável. 2004. 120f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: **UFSC**.

BRANCO, Adriel Martins de Freitas. Sustentabilidade Financeira Empresarial no Brasil. Dissertação Faculdade de Economia, administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2013.

CANADA. Minister of Supply and Services. A guide to green government. Ottawa, 1995. **RER**, Rio de Janeiro, v. 43, nº, 02, p. 225-147, abr/jun. 2005

DALF, Richard. Administração, A ética da sustentabilidade e o meio ambiente, São Paulo: **Cengage Learning**, 2010.

Evans III, J. H., Feng, M., Hoffman, V. B., Moser, D. V., & Van der Stede, W. A. (2015). Points to Consider When Self-Assessing Your Empirical Accounting Research. **Contemporary Accounting Research**, 32(3), 1162–1192.

FRANCISCO, Ana Paula; MARTINS, Jorci Cruz; VENDRAME, Francisco César; VENDRAME, Máris de Cássia Ribeiro. A sustentabilidade empresarial e os desafios frente o comportamento do consumidor. **Revista Salesiano**. Lins, SP. 17–21 de outubro de 2011. 1/10.

GAMA, J. R.; DUQUE, C. G.; ALMEIDA, J. E. F.; Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias top-down e bottom-up. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro v. 48. nº 1. p.183-206, jan-fev.2014.

Geletkanycz, M., & Tepper, B. J. (2012). *Publishing in AMJ—part 6: Discussing the implications*. Academy of Management Briarcliff Manor, NY.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

GLOBO.G1.com. <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/11/sem-royalties-do-petroleo-perdas-no-rj-podem-chegar-r-77-bilhoes.html>> acessado em 04/10/2018.

JACOBI, Pedro Roberto. O complexo desafio da sustentabilidade: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: **Nobel**, 1994.

MACEDO, M. A SILVA; CRUZ, C. F; FERREIRA, A. C. S. Índice de desenvolvimento sustentável: uma análise apoiada em dea para os municípios do estado do Rio de Janeiro. **RAGC**, v.7, n.31, p.75-90/2019

**Gestão & Regionalidade**. v. 27. nº 81. p. 19-31. set-dez. 2011.

\_\_\_\_\_, Marcelo Álvaro da S. Análise do nível de sustentabilidade: um estudo apoiado em Análise Envoltória de Dados (DEA). In: XII Simpósio de administração da produção, logística e operações internacionais – **SIMPOI**. Anais... São Paulo: FGV/Eaesp, 2009.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; FERREIRA, Antônio Francisco Ritter; CÍPOLO, Fabrícia Carvalho. Análise do nível de sustentabilidade das unidades federativas do Brasil e de suas Capitais: um estudo sob as perspectivas econômica, social e ambiental. **Revista GSA**. São Paulo, v. 5, nº. 3, p. 73-79, set/dez. 2011.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. Orçamento público e os paradigmas do desenvolvimento sustentável. **Revista do TCU**. p. 91-98. mai./ago. 2008.

SILVA, Gildo Rodrigues da; COSTA, Fabio Moraes da. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, Fortaleza, CE, v. 23, n. 1, p.103-127, 2017.

VILANI, Rodrigo Machado. A aplicação do conceito constitucional de desenvolvimento sustentável sob perspectiva do STJ e STF. *Revista Brasileira de Direito Constitucional - RBDC* nº. 13 – jan./jun. 2009.

Zhang, Y., & Shaw, J. D. (2012). *Publishing in AMJ—Part 5: Crafting the methods and results*. **American Society of Nephrology**.

